

III ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO, ARTE E LITERATURA

MARCELO CAMPOS GALUPPO

PAOLA CANTARINI GUERRA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente:

Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuitiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direito, arte e literatura [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Marcelo Campos Galuppo; Paola Cantarini Guerra – Florianópolis: CONPEDI, 2021.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-324-5

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Saúde: segurança humana para a democracia

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Arte. 3. Literatura. III Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2021 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



III ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO, ARTE E LITERATURA

Apresentação

Apresentamos aqui os trabalhos discutidos dia 25 de junho de 2021, no Grupo de Trabalho (GT) de Direito, Arte e Literatura, do III Encontro Virtual "Saúde: segurança humana para a democracia", do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI.

O GT, de coordenação dos trabalhos dos Professores Doutores Marcelo Campos Galuppo e Paola Cantarini, envolveu 16 artigos, subdivididos em 5 eixos temáticos, todos trazendo uma abordagem interdisciplinar para o estudo do Direito, contribuindo portanto, para seu estudo científico. Os trabalhos apresentados abriram caminho para uma importante discussão, em que os pesquisadores do Direito puderam interagir, seja após a apresentação do artigo quando objeto de indagações pela coordenação dos trabalhos ou no final das exposições quando se abriu espaço para o amplo debate acadêmico entre todos.

Poucos grupos de trabalho são mais tradicionais e regulares que o grupo Direito, Arte e Literatura. Alguns participantes são constantes, apresentam seus trabalhos e participam das discussões ano após ano, alguns chegam trazendo novas ideias, novas abordagens, novos temas, outros, finalmente, vão mudando seus interesses e, a partir do enfoque do grupo, partem para novas pesquisas, que se desenvolvem de modo mais consistente em outros grupos. A Arte é assim, a Literatura é assim, o Direito é assim e, sobretudo, a vida é assim: um fluxo e refluxo constantes. Nesta edição o grupo contou com dezesseis trabalhos, que os refletem bem, e que podem ser agrupados em cinco blocos.

O primeiro bloco aborda temas da literatura universal e da teoria literária. Felipe da Silva Lopes, discute as funções catártica, estética, cognitiva e político-social da Literatura, desenvolvendo uma teoria que pode ajudar a compreender também as funções do Direito. Foram abordadas as funções da literatura e questionado de que forma alguma de suas funções se aplicaria ao Estado Democrático de Direito.

Christian Kiefer da Silva recorre a peças de William Shakespeare, como Romeu e Julieta, para estudar os efeitos reguladores do Direito dentro da Literatura, a partir de uma perspectiva da pacificação da sociedade em que o teatro se revela como o próprio tempero da vida. Destacou-se, outrossim a função do teatro como o de entender o ser humano, trazendo contribuições para o entendimento, portanto do próprio Direito.

Francisco Gerlandio Gomes dos Santos, Miriam Coutinho de Faria Alves e Carlos Augusto Alcântara Machado, a partir de uma comparação entre Javert (de *Os Miseráveis*) e o Capitão Nascimento (de *A elite da tropa*), investigam a representação social e a função de policiais (indivíduos, mais que de instituições) em uma perspectiva interdisciplinar que une Epistemologia Jurídica e Antropologia jurídica. Por outro lado, houve destaque ao princípio da fraternidade embasando e entrelaçando com as demais postulações dos autores.

Rodrigo de Medeiros Silva e Jarisa Maria Medeiros Silva estudam os problemas temporais e espaciais envolvidos na globalização a partir do personagem Finneas Fog (de *A volta ao mundo em 80 dias*). Finalmente, Diogo José Neves trabalha a concepção de teatro de Bertold Brecht e de Antonin Artaud para, com a metáfora da eliminação do fosso da orquestra, propor uma justiça mais humana, em que a distinção entre espectadores e atores se esvanece. Houve destaque para o aspecto religioso e a sacralidade envolvidos no teatro antigo, nas tragédias gregas, importando em uma concepção passiva do espectador.

No segundo bloco, dois trabalhos investigam o Brasil e seu Direito a partir de três obras importantes da Literatura Brasileira. Andressa Rodrigues de Jesus e Júlio César Barreto Rocha partem do personagem Jeca Tatu, do romance *Urupês* (de Monteiro Lobato) para mostrar que o projeto a deficiência de políticas públicas de saúde no Brasil é muito mais um projeto que um acidente, e, em uma análise dos grandes temas do amazonense Milton Hatoum, Patrícia Helena dos Santos Carneiro, Júlio César Barreto Rocha e Rafael Diogo Lemos estudam a interdisciplinaridade inerente ao conhecimento jurídico e a defesa de valores jurídicos públicos no Brasil.

O terceiro bloco é composto por trabalhos que exploram as artes plásticas e visuais. Renato Duro Dias aplica as concepções de Didi-Huberman e Mitchell para mostrar o espelhamento visual que existe entre a Justiça (e suas representações artísticas) e os cidadãos. Adriana Silva Maillart e Virginia Grace Martins de Oliveira estudam o quadro *Guernica* (de Pablo Picasso), explorando sua simbologia no manifesto visual pela paz, pela liberdade e pela democracia em que a obra se constitui. Por fim, Adriana Rego Cutrim estuda o complexo problema da autoria na arte urbana, em especial nos graffiti, em que as constantes interações entre autor e público tornam quase inúteis os conceitos tradicionais do direito legislado.

No quarto bloco, dedicado ao Direito e Cinema, Fernanda Leontsinis Carvalho Branco e Breno Silveira Moura Alfeu investigam o problema da eutanásia, da ortotanásia e do direito ao término digno da vida a partir dos filmes *Mar adentro* e *Intocáveis*. Raissa Rayanne Gentil de Medeiros, Jessica de Jesus Mota e Kauê Suptitz analisam o filme *Bacurau* para mostrar o modo como o pluralismo jurídico pode se construir como uma prática de construção de um

modo alternativo de vida, abordando o conceito de necropolítica e de seu significado para Achille Mbembe, traçando paralelos e diferenças com o entendimento de conceitos trabalhados por M. Foucault, como o de biopolítica. Por fim, Aline de Almeida Silva Sousa estuda o problema da imprevisibilidade do porvir (e da justiça do porvir) no filme *Dolores*, uma mulher, dois amores; a pesquisa aponta para a problemática atual de uma possível substituição de seres humanos por robôs, considerando, à luz da obra analisada, estes como possuindo sentimentos, sensibilidade, criatividade, ou seja, características humanas, com destaque para seus marcos teóricos principais citados, a saber, Jacques Derrida e Niklas Luhmann.

Finalmente, o quinto bloco reúne trabalhos que, com uma ligação mais fluida com a temática do Grupo de trabalho, ainda assim contribuem para temas a ele ligados. Noemi Lemos Franca, através de uma analogia entre o Aikido (arte marcial moderna japonesa, cujos movimentos assemelham-na a uma dança, em que a proteção do adversário é tão importante quanto a defesa de si próprio) e a Negociação por princípios, desenvolvida em Harvard, investiga a possibilidade de novos modos de composição de conflitos. Por fim, Rubens Beçak e Daniel Leone Estevam, a partir de uma perspectiva que se poderia dizer interna, invocando o conceito de personagem, analisam o papel da Educação em Direitos Humanos e a formação dos policiais.

O leitor pode ver, apenas pela relação acima, como são amplos os temas e as abordagens que o grupo de trabalho Direito, Arte e Literatura comporta. Lendo os trabalhos, ele perceberá também como pode ser frutífera a pesquisa nessas áreas para uma melhor compreensão do Direito.

Através de uma compreensão interdisciplinar, relacionando-se o direito com outras disciplinas, vinculamo-nos, portanto, ao discurso e à permanente evolução, respeitando-se a multiplicidade, a pluralidade, a pluridiscursividade, em contraste com a reificação monológica do discurso, fugindo ao excesso de formalismo que domina a concepção predominante do Direito desde a modernidade, considerando-se apenas as disciplinas como estanques e distanciadas. Tal análise possibilita, por conseguinte, uma compreensão renovada e re-humanizada do Direito, novamente fertilizado por outras abordagens, um Direito vivo, da vida, e não estéril e morto. A análise interdisciplinar, e a utilização da arte na compreensão e análise do Direito, envolvem também, em certo sentido, uma análise crítica e filosófica, aproximando-se de uma abordagem zetética, e não apenas dogmática, levando-se em consideração, por exemplo, o reconhecimento por parte de M. Foucault de que, a filosofia poderia ser interpretada também como teatro e como poética, tal como é a filosofia de Foucault para Deleuze . Com tal proposta interdisciplinar torna-se possível uma nova

compreensão do direito, na esteira da postulação de Foucault quando afirma que devemos pensar em outra política e em outro direito, após a desativação dos dispositivos do biopoder. A arte vincula-se ao atravessamento de devires, forças cosmogênicas, que criam resistências perante os dispositivos do biopoder, sendo um terreno fértil para se repensar e transformar o Direito na era contemporânea.

Paola Cantarini Guerra

Marcelo Campos Galuppo

(Coordenadores)

**SAÚDE PÚBLICA E DEMOCRACIA NO UNIVERSO DE MONTEIRO LOBATO:
JECA TATU E AS COINCIDÊNCIAS ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI**

**PUBLIC HEALTH AND DEMOCRACY IN THE MONTEIRO LOBATO
UNIVERSE: JECA TATU AND THE COINCIDENCES BETWEEN THE XX AND
XXI CENTURIES**

**Andressa Rodrigues de Jesus
Júlio César Barreto Rocha**

Resumo

A obra *Urupês*, de Monteiro Lobato, volta e meia é recordada como deflagradora nacional do emprego utilitário da Literatura para a educação popular. A partir de uma perspectiva culturalista (Eagleton, Candido, Rocha), aborda-se a questão da saúde no Brasil no início do século XX, em cotejo com o início do século XXI, verificando-se algumas coincidências espantosas, entre os períodos enfocados (1917-20 e 2019-21). Por uma via de aproveitamento de elementos literários, a principal obra de Lobato, publicada em época de pandemia, a chamada “gripe hespanhola”, de 1918, tragédia que se repete como farsa, na crise do novo Coronavírus de 2019.

Palavras-chave: Pandemias, Direito, Literatura, História, Cultura

Abstract/Resumen/Résumé

An *Urupês* work, by Lobato, is often remembered as a national trigger of the utilitarian enterprise of Literature for popular education. From a culturalist perspective (Eagleton, Candido, Rocha), in Brazil is addressed at the beginning of the 20th century, in comparison with the beginning of the 21st century, verifying some frightening coincidences, between the periods in focus (1917-20 and 2019 -21). In order to take advantage of literary elements, Lobato's main work, published at the time of the pandemic, called “Hespanhola flu”, of 1918, a tragedy that is repeated as a farce, in the crisis in 2019.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Pandemics, Right, Literature, History, Culture

1 INTRODUÇÃO

Foi sob o peso da pouca divulgada, na época, crise do vírus pandêmico, de alta taxa de mortalidade, nascido provavelmente em território norte-americano de final da então única Grande Guerra Mundial, que disseminaram a ideia de que a gripe mortal de 1918 era “hespanhola”. Não era, como talvez não seja chinês este Covid-2019. Foi naquele nem tão distante 1918 que o ódio e em que a desinformação grassaram, igual a hoje, cujo similar ódio e singular desinformação voltaram a alastrar-se no seu coro de morte e de divisionismos sem igual antecedente próximo. Hoje, poder-se-ia repetir a consigna que Nicolau Sevcenko, no seu *A Revolta da Vacina*, usou como epígrafe, de Lima Barreto, para quem “o amor faz grandes obras, mas o ódio também poderá fazê-los. Embora para isso, como no caso do amor, é preciso conter-se”.¹

Foi sob o impacto de tempos sombrios de guerra, portanto de mentiras e de sujeira, de pragas e de mortandade nunca antes vistas, numa conflagração mundial com milhões de mortos, que Monteiro Lobato se insurgia contra tudo isso, lançando um personagem, o Jeca Tatu, que até hoje percorre o imaginário de crianças e de marmanjos, agredindo-se a plebe, o interiorano, as pessoas mais chãs, pela figura caricata de um estereótipo de brasilidade que intentava Lobato deixar para trás, mas que se confirmou poder-se preservar, no íntimo de uma brasilidade incorrigível e muito coincidente, entre um século e o outro.

Considerando trabalhos teóricos sobre Literatura, pensados na construção de duas dissertações de mestrado, por um lado, o tratamento dado às dificuldades de Conceição Evaristo em lidar com a falta de avanços sociais na área da equidade social no trato com a saúde pública no cuidado da mulher negra, e, por outro lado, na observação das vicissitudes da vivência da mulher amazônica, cujas denúncias de Milton Hatoum à situação da mulher indígena não deixa de lado a presença ativa desta representante da brasilidade interiorana, este presente texto, realizado a seis mãos, com o orientador de ambas mestradas amazônicas, deixa entrever a força da mulher, em ambas estas condições, subalternizadas e contudo determinadas a fazer valer a esperança de superação, igualmente coincidente entre autor e autora, distante mas renitente, na mesma expectativa daquele Monteiro Lobato que soube pensar um Brasil mais igualitário e mais cumpridor da sua condição de forjar os sujeitos de direitos como resultado desta esperança tanta, colocada nestas obras literárias, ontem, como hoje, aguardando

¹ Lima Barreto. *Diário íntimo*. Confronte <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000066.pdf>

coincidentalmente que as transformações venham de um povo que crie consciência dos seus deveres e das suas capacidades de transformação.

2 URUPÊS E JECA TATU: CAMINHOS DE SUCESSO LITERÁRIO, FRACASSO DE PERSONAGEM

Se foram contabilizados com dificuldade os mortos pela Grande Guerra (depois conhecida como Primeira Guerra Mundial, após o advento da Segunda, é claro), com maior ainda inconsistência sabia-se de mortos em 1918, como resultado da gripe hespanhola, porque eram tempos de pouca ciência da vacina, eram tempos de esconder dados da conflagração mundial, eram tempos em que as ideologias afloravam na superfície da luta de classes, direitos trabalhistas sendo defendidos por discursos inflamados e atacados e não concedidos pela elite podre da época, sendo o mais grave caso de rompimento de equilíbrio institucional no Planeta a derrocada da família imperial de Nicolau II para a instalação do regime bolchevista, que duraria mais de sies décadas para se desfazer. Igualzinho a hoje, mentiras de montão, questionamentos de direitos populares, ideologias desunindo e matando famílias, subindo ao palco as radicalidades do discurso público, a saúde da população era como hoje é atingida pela crise de um vírus mortal: eram e são muitas as frentes de fragilidade cidadã.

Em cidades do interior do Norte e do Nordeste, regiões consideradas menos desenvolvidas e com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, ainda hoje, neste século XXI bem adentrado em anos, existem brasileiros em condições de pobreza muito semelhantes ao do personagem Jeca Tatu, sem atendimento a seus direitos básicos previstos na Constituição Federal, sem vacinas que o mundo todo já derramou e já derrama sobre as suas populações, sem empregos que lhes permitam ficar em casa protegidos, sem direitos trabalhistas porque foram estes cassados recentemente, como se estivessem de volta a 1918, numa sanha destrutiva da pobreza nunca antes vista na História do Brasil, sob os argumentos os mais torpes e imbecilizantes possíveis.

A obra *Urupês*, de Monteiro Lobato, volta e meia é recordada como deflagradora nacional da mania nacional de empregar utilitariamente a Literatura em favor da difusão de ideias de rebeldia cidadã, ou no mínimo em prol da educação popular. Tanto os exemplos positivos de heróis que se desdobram contra o peso da opressão de governos hostis ao seu povo, como o *exemplum* negativo de um Jeca Tatu que é miserável, é preguiçoso e é destituído de consciência da Cidadania, tornou-se, de fato, um instrumento de derrisão do interiorano brasileiro, tornando-se menos do que motivo de combate a esses males nacionais, e mais uma demonstração de como o urbano suplantava, pelos seus valores de progresso, as pessoas atrasadas do meio rural. Mais ou menos assim: Se você for preguiçoso, não o seja no meio rural! Hoje, como ontem.

Se considerarmos apenas os livros adultos de Monteiro Lobato, evidentemente *Urupês* se configura como o mais famoso e importante, pois foi a primeira obra publicada por este autor, que levou à discussão nacional um personagem muito icônico: um Jeca Tatu que causava riso, raiva, tristeza, deboche, alegria.

Urupês é obra formada por quatorze crônicas (quase contos), escritos num período de três anos, entre 1914 e 1917, antes da gripe hespanhola, mas que, publicado em 1918, tornou-se rapidamente um fenômeno de vendas e um referencial aos debates sobre a saúde pública. Antes mesmo que a publicação completasse seu primeiro ano, as vendas já haviam chegado a dez mil exemplares, uma enormidade para a época, evidenciando valores bastante expressivos para a contabilidade de um autor novel e empreendedor brilhante.

As vendas consideráveis para o padrão da época demonstram a aceitação do público para a temática trabalhada na obra, o que ocasiona, segundo Garcia (2013, p. 32), a venda de mais trinta mil exemplares no período compreendido entre 1918 e 1923, contrariando uma tese, do próprio Lobato, de que as primeiras mil obras só seriam vendidas num período de cinco anos.

Monteiro Lobato credita o sucesso de *Urupês* ao político em ascensão Rui Barbosa, então candidato à Presidência da República, que em 1919 citou a obra em seus discursos, difundindo a Literatura como modelo de visualização de um Brasil que, segundo podemos inferir hoje, precisava mudar os seus costumes pela adoção de políticas públicas e pelo cumprimento de paradigmas da ciência. Rui Barbosa perdeu a eleição e os argumentos em favor da ciência. Nesse pleito eleitoral, chocaram-se tendências ideológicas diferenciadas sobre a vida nacional, tendo o personagem Jeca Tatu como pano de fundo. Se de um lado havia quem o considerasse como atrasado, incivilizado, avesso às conquistas do Brasil republicano; de outro lado havia quem quisesse se aproveitar desta representação (estigmatizada) para transformá-la em produto de defesa de qualidades naturais em propagandas políticas a defender o “puro”, o “nosso”, o “natural”, contra o exógeno, o urbano, o moderno.

Assim, a denúncia da pobreza do homem do campo, evidenciada por condições precárias de subsistência somava-se à necessidade de análise de fundo normativo, a busca de um projeto de País, e, nisso tudo, o debate sobre as necessidades básicas de saúde, educação, trabalho, habitação e direito à informação entravam na pauta dos questionamentos da década seguinte. Nesse passado em que a Grande Guerra fechava a sua temporada de morte e de destruição, eram comuns o pessimismo e a desrazão de combates fratricidas para definir quem se apossaria do maior naco de território, dos perdedores, dos assassinos, dos culpados de crimes

de guerra, sobrando herdeiros das ruínas, ao lado do legado do completo abandono pela República que não se viu suficientemente pronta para acolher os órfãos dessa destruição toda.

De acordo com o prefácio da Segunda Edição do Livro, esta obra surgiu do artigo *Velha Praga*, publicado originalmente no ano de 1914. À época desta publicação, Monteiro Lobato dedicava-se ao trabalho na fazenda Buquira, recebida como herança após a morte do avô. Garcia (2013, p. 32) afirma que o quadro de trabalhadores desta fazenda era composto por escravos libertos e caipiras que habitavam a região. Estes dois grupos (caipiras e negros escravos) acabaram tendo parte integrante na produção literária do escritor em análise.

À época em que *Velha Praga* foi escrito, a sua propriedade amargava um ano terrível por conta de uma severa estiagem. Para além disto, havia a questão das constantes queimadas praticadas pelos caboclos, como hoje as queimadas da Amazônia. Indignado com a situação, Lobato decide escrever uma carta de protesto ao jornal local. O texto produzido foi visto como extremamente valioso e acabou sendo publicado fora da sessão de cartas dos leitores, como artigo. Este valor está condicionado, principalmente, conforme Garcia (2013, p. 86) à descrição das queimadas ao longo da Serra da Mantiqueira e ao estrago que estas produções humanas causavam ao solo.

O impacto causado pela publicação de *Velha Praga* foi tão significativo que Monteiro Lobato acabou escrevendo outros textos que, anos depois, dariam origem ao livro *Urupês*, que apresentava uma crítica apurada à decadência da zona rural brasileira (ainda preponderante se compararmos à zona urbana) e ao tipo nacional preferido pela nossa literatura e preterido pelas crescentes classes urbanas, em que o debate sobre novas leis voltadas ao público que se aglomerava nas cidades entrava na ordem do dia para nunca mais sair.

Com uma linguagem que se localiza entre os padrões parnasianos, naturalistas e modernistas, Lobato encarnava um autor responsável por fazer uma ponte entre o velho e o novo, criou um personagem produto de um campo que estava sendo ultrapassado pela urbe, construindo diversas situações que mostram não somente mazelas da sua população, como também os caminhos supostos de virada deste jogo, pela criação de políticas públicas que remediassesem essa chaga do passado.

No campo metafórico de uma linguagem simbólica que criava o mito do desinformado natural, em confronto com outro mito, o do cidadão artificial, a sua tarefa mais evidente possuía como função difundir uma crítica direta, numa alegoria iluminada pelo choque de estilos de época, em personagens calcados em figuras que poderiam andar nas ruas do hinterland brasileiro. Ao lado disso tudo, a ideação de normas jurídicas positivas trazia ideais de votar “no governo”, o que configurava o *voto de cabresto*, característica marcante do coronelismo presente à época

em que a obra é escrita, bem como apoiar as hostes de uma oposição propositiva e moderna, esperando os tempos que dariam, alguns anos depois, *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre e, de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. Eram tempos de grandes perspectivas nacionais –se saíssem do buraco pós-pandêmico e pós-Grande Guerra em que estavam.

No seu “Prefácio à obra *Doutrina para uma política rural e econômica*, de Paulo Pinto de Carvalho” (LOBATO, 1964, p. 53-59), o criador do Jeca demonstra a sua pegada jurídica e propositiva em busca de um Brasil menos rural e capaz de identificar as verdadeiras causas das suas mazelas, “cacho de babaçu de problemas”, porque o primeiro é levantar as causalidades: “Vem daí, não conseguiremos solucionar problema nenhum e, conseqüentemente, não sairemos da coisa capenga que somos... se não atinarmos com as verdadeiras causas dos problemas”. Nas suas palavras:

Cada seis brasileiros possuem todo um quilômetro quadrado de território –e não temos manteiga, não temos leite, não temos carne, não temos carvão –até os gazogênios já começam a ser racionados. Só temos uma coisa: mentiras... e os milhões de seres que formam o ‘nosso’ pedestal, isto é, o pedestal da ‘gente de cima’, a única que conta nesta terra, esses não têm coisa nenhuma, nem roupa, nem sapatos nem casa decente (LOBATO, 1964, p. 53-59).

Se as propostas políticas, sociais e legislativas de Lobato eram afiadas e contundentes, na obra mais literária *Urupês* apresenta-se ao público uma enfiada de neologismos e de passagens que lembram uma tradição oral, casando-se com as propostas de normas legais, sugeridas de ou diretamente insufladas por um nacionalismo aguerrido. Nas suas páginas, os personagens (masculinos e femininos) ganham força, pelas descrições que podem, por vezes, parecer exageradas ao leitor, mas que obedecem a aqueles tempos de grandes traumas nacionais e mundiais, todos unidos pela desgraça. Ontem como hoje. Em conjunto com a descrição do ambiente político em que a obra se passa, tais exposições se tornam marcadas por um clima de verossimilhança e de complexa crueza moral.

Além do desabrochar de Jeca Tatu como um dos personagens mais icônicos da literatura brasileira, *Urupês* traz outras várias inovações. A sua importância passa a se estender até os dias atuais devido ainda às coincidências anotadas entre ambos os tempos: as pandemias, as conflagrações sociais, as fake news geradas nos governos, a falta de respeito ao Erário como fornecedor de caixa à saúde pública etc. Se as inovações alcançam a linguagem empregada na obra, porque o personagem Jeca Tatu parece se esmerar em reproduzir, no texto, a riqueza da fala brasileira da zona rural, com seus coloquialismos e neologismos tipicamente orais, não

ficam para trás os ideais de sugerir políticas com normativas em prol do desenvolvimento equilibrado de uma sociedade desigual. Ontem como hoje.

Tratando de criticar o funcionamento da “Oligarquia paulista” (LOBATO, 1969, p. 58-59), levantava a sua voz o futuro iniciador da política “O petróleo é nosso!” (sim: nisso também coincidiam os ideais dos tempos de Lobato com os nossos ideais e com as nossas não diferentes perdas):

Os otimistas têm esperança de que as nossas coisas melhorem. Os pessimistas não esperam que isso aconteça. Os neutros, isto é, os que se deixam arrastar nem por uma nem por outra corrente, esses ficam indecisos e atarantados. As coisas correm de tal maneira entre nós que, por maior que seja a boa vontade, chega a parecer ingenuidade a esperança no conserto e no honesto funcionamento da coisa pública, enquanto estiverem de cima os homens atuais.

Não param por aí as coincidências com os tempos que correm. O conceito de pessoa dona de uma argumentação de “maioria eleitoral”, como “gado”, hoje, está logo na abertura de *Urupês* (“Os faroleiros”, publicado originalmente em revista, em 1917, sob o título de “Cavalleria Rusticeira”), em que a ideia de “toda a gente” passa a ser a de “um monstro com orelhas de asno e miolos de macaco, incapaz de uma ideia sensata sobre o que quer que seja”.

3 A SAÚDE NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Nas duas primeiras décadas do século XX, o Brasil se tornou vítima dos problemas sanitários e das epidemias, que provocavam o êxodo exacerbado da população rumo aos grandes centros. Rita Barata (2000, p. 335) deixa claro que uma boa parcela destes trabalhadores era composta pelos imigrantes, que já estavam descontentes com o trabalho nas fazendas de café, e buscavam novas alternativas de trabalho noutras plagas, e aproveitavam tal ensejo. As cidades do interior paulista, segundo a autora, estavam sofrendo com as primeiras epidemias de febre amarela e varíola.

Este êxodo acontecido já no começo do século passado seria, junto com a ocupação amazônica pelos Soldados da Borracha, em 1910, o embrião do processo migratório que tomou conta do Brasil nos anos posteriores. Tal situação criou um significativo panorama de críticas voltadas à área da saúde, pois as capitais passaram a comportar uma população cada vez maior, e esta população passou a depender mais dos serviços da saúde, ainda incipientes se levarmos em conta que o Brasil, naquela época, era um país prioritariamente agrícola, ontem, como hoje, cada vez mais dependente de vendas de commodities, passando depois a timidamente assumir uma postura de apoio à industrialização apenas na década de 1920.

Rita Barata nos mostra que “a última década do século XIX e a primeira do século XX tiveram as atenções das autoridades sanitárias voltadas para a elucidação dos mecanismos de transmissão e o controle dessas duas doenças” (Barata, op.cit., p. 335). Isto mostrava que o Brasil, no período entre 1890 a 1910, começa a se tornar protagonista no combate a doenças tropicais, principalmente a febre amarela, cujos estudos começaram antes mesmo do fim do século XIX, como podemos ver no trecho abaixo:

No começo de 1889, Lutz estivera em Campinas combatendo gravíssima epidemia de febre amarela. Em matas próximas, que circundavam o canteiro de obras da ferrovia que interligaria esse município e o de Funil, observara casos da doença e ausência do mosquito doméstico que o atazanava em Campinas. Não estabeleceu, explicitamente, nenhuma relação de causa e efeito entre o mosquito e a doença, e nada publicou a esse respeito então (Benchimol & Romero Sá, 2004, p. 50).

Este excerto nos mostra como Lutz descobre os primeiros casos da febre amarela silvestre, que se tornaria mais evidente após quase quatro décadas, numa epidemia que afetaria a cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, no ano de 1928. É interessante lembrar que outros cientistas brasileiros também davam os seus palpites e circulavam pelo Brasil, para dar a sua contribuição para a erradicação de doenças tropicais no Brasil, como se vê:

Mesmo longe dos grandes centros mundiais e enfrentando conjunturas bastante adversas, Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, para citar apenas dois dos grandes cientistas daqueles tempos, foram capazes de dar expressivas contribuições à medicina experimental e à biologia, no campo das doenças infecciosas e parasitárias (BENCHIMOL & ROMERO SÁ, 2004, p. 50).

Carlos Chagas foi o cientista que descobriu a Doença de Chagas, nos idos de 1909, por meio da identificação do *Trypanosoma Cruzi* no sangue de Berenice, menina de dois anos de idade, que se encontrava com febre (KROPF & MASSARANI, 2009, p. 5). A sugestão para o nome da doença vem por intermédio do médico Miguel Couto, então professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Convém ressaltar que Chagas obteve prestígio nacional e internacional por conta de suas descobertas. Após a descoberta desta enfermidade, Chagas decidiu empreender mobilização entre políticos e médicos do Brasil (que originou o movimento sanitarista entre 1916 a 1920), defendendo a tese de que havia um grande problema nacional que necessitava ser combatido: as endemias no interior do país. Isto punha em xeque a tese de que o atraso da nação brasileira se devia ao clima ou à composição racial, conforme defendiam intelectuais à época.

Já havia, à época dos fatos narrados, quem defendia que o “Jeca”, o pobre, o analfabeto ou o mestiço eram culpados pelos insucessos da nação (ideia ainda hoje defendida em nosso país). Carlos Chagas surge neste contexto para mostrar que o achismo não deve possuir espaço dentro da ciência, e sim a adoção de um método científico eficaz o suficiente para mostrar como determinado evento deve ser analisado à luz das teorias. Ontem como hoje.

4 JECA TATU EM *URUPÊS* COMO REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Ao escrever *Urupês*, Monteiro Lobato engendrou um protagonista que se configurou, nos anos vindouros, como o modelo do *caipira*, também conhecido noutras regiões brasileiras como *capiau*, cuja definição pelo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2001, p. 119) apresenta, como acepções: “habitante do campo ou da roça, caipira” e como sinônimos “jeca, matuto, roceiro, sertanejo, caboclo, capiau, tabaréu”. Seguramente o sinônimo *jeca* passou a ser empregado após a publicação de *Urupês*, de forma a homenagear, ainda que de forma pejorativa, a personagem principal desta obra.

Garcia (2013, p. 83), valendo-se dos estudos de Bueno (1964), menciona que, do ponto de vista etimológico, a palavra *caipira* tem sua origem na língua tupi, cujo significado aproximado é “matuto, roceiro, pessoa acanhada”. Outro significado possível é “aquele que corta mato”. Se a teoria do signo linguístico de Saussure (signo, significado e significante) for utilizada para analisar o termo em questão, percebe-se que a imagem acústica (correspondente ao significante) produzida sobre o caipira irá se aproximar bastante, tanto do acanhamento proposto por Garcia e Bueno, quanto da timidez construída por Lobato para o personagem em questão. O som do Jeca, do capiau, do tabaréu, do matuto é sempre derrisório, agressivo, como as postagens que circulam hoje nos grupos de WhatsApp, uns agredindo outros, pelas razões as mais bobas possíveis.

Singular é a definição apresentada por Lobato para a sua personagem principal: “Jeca Tatu é um piraquara do Paraíba, maravilhoso epítome de carne onde se resumem todas as características da espécie” (LOBATO, 2012, p. 11). Podemos destacar duas das palavras desta passagem. A primeira delas é *piraquara*, definido como “o habitante das margens do Paraíba do Sul que se dedica à pesca”. A outra é *epítome*, que pode ser entendido, segundo o *Dicionário Aurélio* (2001, p. 275), como resumo ou sinopse, mas que aqui ganha contornos de ridículo: epítome de carne. Há aqui uma repetição da ideia de que Jeca Tatu representava o pobre da região em toda a sua essência ridícula. Era sem estudo, sem possibilidades de melhoria de vida, fadado a viver e perecer nesta situação. O pobre estava, como está, num beco sem saída, país em condições de dar saltos na sua produtividade, indústria e setor serviços desmantelados por interesses até hoje nada claros.

Neste sentido, buscando relacionar a personagem à população, principalmente, rural do início do século XX, evidenciamos a falta de acesso à informação confiável sobre a saúde pública e aos assuntos governamentais, sem contar das credices relacionadas às curas

milagreiras de diversas doenças que assolavam a sociedade da época. No fragmento a seguir é possível identificar vestígios dessas crenças populares, lembrando de similares da atualidade:

Doenças haja que remédios não faltam. Para bronquite, é um porrete cuspir o doente na boca de um peixe vivo e soltá-lo: o mal se vai com o peixe água abaixo... Para “quebranto de ossos”, já não é tão simples a medicação. Tomam-se três contas de rosário, três galhos de alecrim, três limas de bico, três iscas de palma benta, três raminhos de arruda, três ovos de pata preta (com casca; sem casca desanda) e um saquinho de picumã; mete-se tudo numa gamela d’água e banha-se naquilo o doente, fazendo-o tragar três goles da zurrapa. É infalível! (LOBATO, 2012, p. 21.)

Percebe-se que as credulidades citadas na obra refletem uma sociedade que desconhece ou não possui acesso aos departamentos informativos e ao sistema de saúde pública, necessitando, assim, de adotar métodos embasados em dogmas e em práticas experienciais.

Em “A influência americana” (LOBATO, 1957, p. 195-198), o pai literário do Jeca Tatu traz a comparação e a presença fática da alma empreendedora dos naturais dos Estados Unidos da América. Para Monteiro Lobato, os contrastes culturais são evidentes, dadas as únicas coisas que se salvarem nesta *terra brasilis* serem de origem americana:

Se a cidade funciona, isso o deve ao engenho do povo que lhe deu o presente máximo: a velocidade. A velocidade no transporte de carga, a velocidade no transporte do pensamento. E que lhe dá, com os maravilhosos espetáculos da arte muda, uma lição de moral que, se fora aceita, tiraria ao Rio o seu aspecto de açougue do crime passional. O cinema americano ensina o perdão.

A violência por antonomásia em que se converteu o Rio de Janeiro nem é preciso que se lembre, a ideia que hoje é mais concreta ainda que no século XX sobre o “transporte do pensamento” parece premonitória, mas de fato o desbordamento do cinema estadunidense para a violência viria, neste início de século, retornar a parâmetros mais confortáveis como os mencionados pelo nosso autor, no começo do cinema mudo, do que se tornaria ao longo do século passado quase todo.

No tema da desinformação fica mais perceptível a proximidade, quando Monteiro Lobato cita em sua obra o conhecimento de Jeca Tatu sobre pátria e governo. No excerto que segue, destaca-se tal fala:

O sentimento de pátria lhe é desconhecido. Não tem sequer a noção do país em que vive. Sabe que o mundo é grande, que há sempre terras para diante, que muito longe está a Corte com os graúdos e mais distante ainda a Bahia, donde vêm baianos pernósticos e cocos. Perguntem ao Jeca quem é o presidente da República. –“O homem que manda em nós tudo?” – “Sim.” – “Pois de certo que há de ser o imperador” (LOBATO, 2012, p. 20).

Diante disso, podemos mencionar uma sociedade, do início do século XX, que desconhecia o governo, que se limitava às condições precariamente estabelecidas e que se via subordinada às situações como as descritas no conto, baseando-se em conhecimentos populares para enfrentar as adversidades sociais. Desenvolvendo essa temática, percebe-se que a democracia, o acesso igualitário à saúde é questionável naquele Brasil, não apenas no conto de Monteiro Lobato, mas também na sociedade ao longo do século XX.

5 JECA TATU, FIGURA LITERÁRIA E INFORMATIVA EM *JECA TATUZINHO*

No final do século XIX e no início do século XX, o Brasil sofreu uma crise sanitária com a aparição e depois com a progressão de algumas doenças, como a varíola e a febre amarela. Além dessas patologias, era comum a vulnerabilidade social a outras enfermidades que eram agravadas devido à falta de higiene e de saneamento básico, surgindo a cólera, a peste bubônica, a febre tifoide e verminoses.

Essas doenças, além de ganhar espaço nos meios de comunicação da época, também foram representadas e registradas pela Literatura. A partir disso, resgatamos novamente o autor Monteiro Lobato (que viveu precisamente nestes momentos pandêmicos, entre 1882 e 1948), que criou mais do que uma personalidade literária importante, o Jeca Tatu, mas uma marca de País que mais tarde viria a ser símbolo de propagandas sanitárias, mas que não abandonou a sua característica no panorama da realidade social nacional.

A personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, inicialmente desenvolvida na obra *Urupês* (de 1918, como publicação consolidada) representa o caboclo que não possui conhecimento sobre políticas governamentais e que sobrevive com mínimo possível: uma casa desestruturada, poucas vestes e cheio de credices, representando a população rural da época.

Além disso, ele é desenvolvido como alguém que não se dá ao trabalho de exercer funções que exijam grandes esforços, interpretado por muitos, como um caboclo preguiçoso. No fragmento a seguir é possível identificar a evidência de tal característica: “Seu grande cuidado é espremer todas as consequências da lei do menor esforço – e nisto vai longe”. (Lobato, 2012, p. 14).

Diante da situação política e sanitária no país, mais tarde, Monteiro Lobato, patrocinado pela *Medicamento Fontoura*, fez uma releitura do conto, denominado, na nova versão, *Jeca Tatu - a Ressurreição*, o qual ficou conhecido popularmente no país como *Jeca Tatuzinho*. Nesta reformulação, o desânimo da personagem interpretado até então como preguiça, recebe uma justificativa científica. Jeca Tatu é diagnosticado com ancilostomíase, um tipo de verme nematoide que causa vômito, diarreia, dores abdominais, palidez e fraqueza. Esse parasita, ancilóstomo, tem acesso ao indivíduo pela pele e como a personagem não utilizava sapatos, honrando sua designação de caboclo “pé no chão” que não dispõe de muito asseio, tornou-se um potencial hospedeiro, desenvolvendo, assim, a doença.

Quando um médico se depara com Jeca Tatu e percebe que ele está com aspecto “amarelado”, o doutor de forma proativa faz uma consulta e descobre que se trata da ancilostomíase, popularmente conhecida como *amarelão*. Imediatamente, o doutor prescreve

medicamentos que irão exterminar os vermes, além de passar todas as informações a respeito da doença, incluindo uma longa explicação sobre a importância dos sapatos, que são adquiridos pelo caboclo. A partir do acesso à informação e tratamento, Jeca Tatu consegue a cura e se transforma em um homem disposto, que agora trabalha para recuperar o tempo que a doença lhe usurpou.

O conto *Jeca Tatuzinho*, custeado pela *Medicamenta Fontoura*, mesmo possuindo teor publicitário, expressa valores informativos a uma sociedade que pouco tinha acesso às referências e características básicas sobre a doença, alertando-a a respeito dos sintomas, tratamento e prevenção. Dessa forma, Jeca Tatu, um caboclo desinformado, ora depreciado, que não conhece o mundo, ultrapassa o universo literário e passa a ser uma figura importante da publicidade brasileira da época.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Transcorridos mais de um século, é possível identificar na sociedade atual características que perduram desde a época da primeira publicação do conto com a personagem Jeca Tatu, como por exemplo a falta de democratização ao acesso a dados confiáveis e à saúde de qualidade, propiciando que a população recorra aos conhecimentos infundados ou fiquem à mercê de informações inconsistentes, mesmo estas prevalecendo, muitas vezes, sobre elementos da ciência consabidos. Hoje, como ontem.

Segundo projeção da FGV Social, quase 27 milhões de pessoas estão em condições de miserabilidade no Brasil. Este quantitativo é superior à população australiana (Lobato cotejava, volta e meia, a população do Brasil gigante e miserável com a população da diminuta e rica Suíça), e aumentou com o prolongamento da pandemia de Covid-19 em caráter global, situação que tem possibilitado o aumento da taxa de desemprego e a diminuição do poder de compra das classes sociais menos favorecidas, ainda que sejam atendidas por iniciativas como o Auxílio Emergencial ou o Bolsa Família.

Lucas e Raddatz (2019, p.302) mencionam que “o ser humano, excluído da informação, não pode exercer sua cidadania, logo não tem condições para que haja o cumprimento dos direitos humanos inerentes a este indivíduo”. Utilizando como base essa afirmação é possível fazer um paralelo, pois assim como a sociedade brasileira rural do início do século XX, ainda temos hoje comunidades para as quais os direitos humanos básicos, ora garantidos nominalmente pela Constituição Federal de 1988, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, e demais legislações brasileiras, ainda não chegaram a “pegar pra valer”, mantendo muitas pessoas à margem da sociedade envolvente.

Ao se analisar a atual situação econômica do Brasil, chega-se ao alarmante dado de 6,5% da população brasileira vivendo abaixo da linha da pobreza (dados do IBGE em 2019). Em números absolutos, são 13,689 milhões de brasileiros que sobrevivem com, no máximo, R\$ 436 por mês. Boa parte destes pobres e miseráveis são beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família, retrocitado. Com este valor, e levando em conta a situação de que as famílias pobres normalmente têm maior número de filhos, jogando para cima a taxa nacional de natalidade, a oferta de serviços básicos se torna comprometida.

Ontem, no final da segunda década do século XX, como hoje, no término da segunda década do século XXI, devemos recuperar os debates daquele *Urupês*, talvez de todo aquele Monteiro Lobato, para elevar o nível dos debates contemporâneos, e trazer à colação discussões de antigamente, que poderiam ser capazes, quem sabe, de iluminar melhor os tempos que

correm, de pandemia, de destruição, de desinformação, de enfrentamento de fatias sociais brasileiras, de esperança pelo fim das guerras (anunciadas talvez pela derrota de Donald Trump), tempos que poderiam melhorar, conforme outros Lobatos pudessem argumentar com verve e força, mas sem ódio e sem sangue escorrendo dos cantos da boca.

REFERÊNCIAS

- BARATA, Rita de Cássia Barradas. *Cem anos de endemias e epidemias*. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 5, n.2, p. 333-345, 2000.
- DÓRIA, Antonio Sampaio. *O preconceito em foco*. Análise de obras literárias infanto-juvenis. Reflexões História e Cultura. São Paulo: Paulinas, 2008.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio Século XXI Escolar*: o minidicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GARCIA, Juliana Cristina. *Monteiro Lobato: Contista e Escritor*. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira). Programa de Pós-Graduação em Literatura. UFSC, Florianópolis, 2013.
- GOH, Simone Strelciunas. *Metalinguagem e Marcas de Oralidade em Monteiro Lobato*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa. USP, São Paulo, 2004.
- KROPF, Simone Petragilia & MASSARANI, Luísa. *Carlos Chagas, a ciência para combater doenças tropicais*. Rio de Janeiro: Museu da Vida / Casa de Oswaldo Cruz / FIOCRUZ, 2009.
- LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato: Um brasileiro sob medida*. 2 ed. São Paulo: Salamandra, 2000.
- LOBATO, Monteiro. *Serões de Dona Benta*. Barueri: Ciranda Cultural, 2019.
- _____. *Emília no País da Gramática*. Barueri: Ciranda Cultural, 2019.
- _____. *Urupês*. São Paulo: Editora Globo, 2012.
- _____. *Críticas e Outras Notas*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- _____. *Prefácios e Entrevista*. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- _____. *Na antevéspera*. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- _____. *Jeca Tatuzinho*. São Paulo: Comp. Graphico Editora Monteiro Lobato, 1924.
- LUCAS, Marcello Kochhann; RADDATZ, Vera Lucia Spacil. *Direito à informação e educomunicação: cidadania e direitos humanos na sociedade em rede*. Direitos Humanos e Democracia em tempos de crise: a proteção jurídica das minorias - Volume 3 [recurso eletrônico] LUCAS; CENI; SCHONARDIE et al (Orgs.) - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.
- VVAA. *Nos caminhos da Literatura*. São Paulo / Petrópolis: FNLIJ / Instituto C&A, 2008.
- ZILBERMAN, Regina. *A Literatura Infantil na Escola*. 4 ed. revista e ampliada. Coleção Teses 1. São Paulo: Global Editora, 1985.